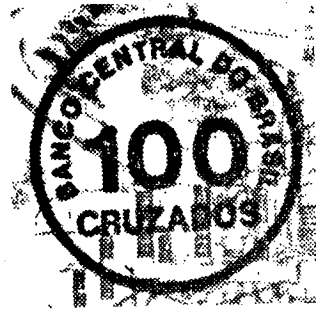


Mensalidades escolares não serão reduzidas

Brasília — A regra estabelecida pelo decreto que criou o plano de inflação zero, segundo a qual as prestações contraidas em cruzeiros devem ser pagas em cruzados utilizando-se a tabela de conversão — o que reduz o valor líquido da dívida — não vale para as mensalidades escolares. O governo vai regulamentar o congelamento de preços para as escolas levando em conta o valor médio real das mensalidades do semestre.

Na prática, isto significa que os carnês já distribuídos devem ser recolhidos e as escolas, a partir de critérios que estão sendo estabelecidos pela Seplan, em conjunto com o Ministério da Educação, vão recalcular as mensalidades em cruzados. Portanto, o seu valor real não vai decrescer ao longo do semestre, como aconteceria se vigorasse o mesmo princípio usado para o pagamento de outras prestações. Além disso, uma vez estabelecido o valor da mensalidade, ele se mantém o mesmo por um ano.

A Seplan e o Ministério da Educação levaram em conta, para tomar esta decisão, os



argumentos apresentados pelos dirigentes de sindicatos de estabelecimentos de ensino: segundo os quais seria impossível às escolas absorverem os custos dos reajustes de salários com as mensalidades tendo valor real decrescente. Segundo dirigentes de São Paulo, que ontem se encontravam na Seplan, em junho próximo, mantida a regra, as escolas entrariam no vermelho e em fevereiro do próximo ano só a folha de salários ultrapassaria em 150% a receita das escolas.

Casa Mattos é autuada em Copacabana porque majorou livro de inglês

Entre as denúncias de remarcações de preços em supermercados, mercearias, drogarias e papelerias da Zona Sul, a Casa Mattos, na Av. Copacabana, chamou atenção por remarcar livros importados de inglês 50% acima de seu preço real. Isso provocou a indignação de cinco clientes que na manhã de ontem, na 12ª DP, pediram o fechamento do estabelecimento, mas o delegado Milton da Costa preferiu abrir inquérito e apreender o material.

Em contrapartida, policiais e clientes riram quando o subgerente do Disco/Copacabana, na Rua Pompeu Loureiro, João Carlos Pereira da Silva, argumentou para o contador Adilson Rabelo, que comprou um quilo de charque por um preço acima Cz\$ 2,80 da tabela da Sunab: "O senhor está pagando mais caro porque o charque é gaúcho". O contador reagiu bem-humorado: "Então, esse charque só falta dizer *tchê* e *barbaridade*". E ainda arrematou: "Já pensou se o charque fosse americano?"

Preço duplo

Na Casa da Banha, Av. Copacabana, 936, a decoradora aposentada Wanda Cardoso foi adúlada pelo subgerente do supermercado para não chamar a polícia. Wanda encontrou um pote de tempero Arisco com dois preços: Cz\$ 6,130 e Cz\$ 7,210. O preço barato estava ligeiramente apagado e Wanda desconfiou de remarcação. Nervoso, o subgerente Raimundo Soares, na delegacia, disse que os donos do CB iriam punir funcionários que deixassem furos na marcação errada dos gêneros alimentícios. Ele tentou até convencer a decoradora a pagar o preço barato, mas em vão.

"Estude no verão com preços congelados." Reagindo contra o slogan da Casa Mattos da Av. Copacabana e exigindo do gerente Ivo Bezerra os preços do dia do decreto presidencial, um grupo de cinco consumidores provocou, na manhã de ontem, no plantão da 12ª DP, um clima de tensão. Praticamente, o chefe de seção da papeleria, Ernani Fonseca, confessou que houve remarcações dos livros importados de inglês na madrugada de sexta-feira.

A professora Mátilde Borges, indignada, disse que comprou com preços majorados os volumes I e II do curso de inglês (importado) *Odyssey*. Na semana passada, disse ela, sua cunhada constatou que cada volume valia Cr\$ 59 mil 980 e Cr\$ 53 mil 250. Ontem custavam Cz\$ 160 e Cz\$ 92. O engenheiro Rogério Bauer, da Nuclebrás, viu remarcação também no livro *Jigsaw One*, que pulou de Cr\$ 51 mil 240 para Cz\$ 99. A atriz Sônia Vieira endossou os reclamos e garantiu que, na semana passada, os livros *Mágica da Matemática*, *Ciências* e outros estavam custando Cz\$ 7 mais caro.

A ação da remarcação, além do medo do congelamento, acontece dessa forma: o dólar aumenta, eles arbitrariamente aumentam os preços dos livros importados. Se acontecer, por exemplo, três valorizações do dólar num mês, quer dizer que todo o estoque, que já foi pago, será novamente remarcado — analisou a professora Mátilde Borges.

O chefe da seção de livros, Ernani da Fonseca, admitiu que os preços de sexta-feira passada aumentaram mais de 50% porque recebeu a tabela das editoras no dia 24 de fevereiro.

Livro terá seu preço congelado

O SNEL (Sindicato Nacional de Editores de Livros) resolveu congelar o preço dos livros por entender que "a aceitação dos ônus decorrentes das novas medidas deve ser encarada pela indústria editorial como uma efetiva contribuição ao pleno êxito destas reformas". Espera, no entanto, que os seus fornecedores, principalmente os de papel e de serviços gráficos, adotem a mesma atitude.

O presidente da entidade, Sérgio Lacerda, adiantou que o preço do papel aumentou em 25% — os fornecedores pleiteavam ainda 1% acima do valor da antiga ORTN — sem que os editores fossem consultados. "Gostaríamos que esse aumento fosse revisto e o reajuste seguisse a nossa realidade", observou Sérgio Lacerda. Os fabricantes de papel, segundo ele, devem tomar consciência da imunidade fiscal que a Constituição Federal assegura aos jornais e à produção editorial.

Alunos recusam aumento de 89%

O presidente da UNE, Renildo Calheiros, liderou ontem em Realengo o boicote às aulas dos alunos das Faculdades Integradas Castelo Branco, que fizeram um protesto contra o aumento das mensalidades. Cerca de 500 estudantes caminharam, carregando faixas e gritando palavras de ordem, até as vizinhas Faculdades Integradas Simonsen.

A UNE está coordenando os movimentos de protesto em todo o país, pretendendo que o aumento das mensalidades nas faculdades particulares não ultrapasse 69%, como havia sido estabelecido de acordo com o INPC —, mais tarde o índice foi alterado para 89% de acordo com o IPCA. No próximo sábado os diretórios de todas as escolas particulares do Rio estarão reunidos na sede da UNE.

Revisão dos salários

Renildo Calheiros resume a posição da UNE sobre as reformas econômicas — a entidade ainda vai manifestar-se oficialmente — como de "muito entusiasmo pelo congelamento de preços e um sentimento contrário ao congelamento dos salários".

— Mesmo com a perspectiva de inflação zero, a situação do trabalhador já vinha defasada e, portanto, o congelamento dos salários merece uma revisão. A reforma econômica tem um aspecto positivo, que é o estímulo à população para que participe mais ativamente das questões, o que pode ser muito importante para o futuro — disse Renildo.

Quanto ao reajuste das mensalidades das escolas particulares, Calheiros explicou que os aumentos eram decididos em junho e dezembro, na base de 100% do INPC. "e a UNE sempre lutou contra isso". A modificação, disse, veio agravar o problema, "já que passamos de uma elevação de 69%, segundo o INPC de dezembro, para 89%, segundo o IPCA de janeiro".

Reafirmando que a UNE fechou questão sobre o não pagamento dos 89%, Renildo explica que não tem muitas expectativas em relação ao Conselho Federal de Educação —

até aqui, quem definia os percentuais de aumento.

— Na realidade, o CFE é um instrumento das entidades mantenedoras das faculdades particulares, que fixa os reajustes sem sequer ouvir os órgãos representativos dos estudantes — disse. Informou que esta posição já foi levada ao Ministério da Educação.

— Levamos inclusive uma pesquisa feita em São Paulo, pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, que demonstra, através de uma amostragem, que 40 escolas particulares tiveram um lucro médio de 640% em 1982. Se formos fundo na questão, chegamos até a Constituição, que veda o lucro a atividades de ensino no país. Outra farsa que as escolas comumente alegam para as elevações das mensalidades é a dos gastos com os reajustes salariais dos professores. Ocorre que as mensalidades sobem em 100% do INPC e os professores tiveram reajustes de 70% do mesmo índice.

A proposta da UNE, segundo Renildo, é a dissolução do CFE ou a renúncia coletiva dos seus membros (com mandato de seis anos, renovando-se um terço de cada vez) "para que o órgão seja democratizado".

Erros de português

Toda a incapacidade do ensino brasileiro, que no caso está sendo pago pelos alunos, ficou expressa em um pequeno panfleto distribuído pelo centro acadêmico das Faculdades Castelo Branco, que em 12 linhas comete uma série de erros grosseiros de português. Uma amostra:

"Nós da FICAB, avaliamos que as recente medidas econômicas decretadas no último pacote do Governo, não auteram substancialmente: o eixo da nossa luta, tirado em assembléia, onde decidimos em conjunto lutarmos contra os aumentos das mensalidades, que torna impossível a nossa permanência na vida universitária.

Visto que tais medidas apenas atenuam a escalada que vemos sofrendo semestralmente, e a tornam anual."